



Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica
Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: Antonio Gabriel Teixeira Ferreira		
Nacionalidade:	Estado Civil:	Profissão:
Brasileira	Solteiro	Desempregado
RG nº: 3.481.901-SSP/PI	CPF/MF nº: 080.488.613-05	
Endereço: Resid. Dom Avelar, Bd. D, Lote 25, Bairro Novo Uruguai, Cidade de Teresina - PI, CEP: 64057-560		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA	
Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)	
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI	RG nº: 1.457.994-SSP/PI
CPF/MF nº: 023.365.163-22	CPF/MF nº: 703.754.703-44
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.	
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).	
<p>PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad - judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, <u>podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer</u> está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor <u>Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT por Inutilidade Permanente Advindos por Acidente de Trânsito</u></p>	

Teresina - PI, 20 de Dezembro de 2018.

Antonio Gabriel Teixeira Ferreira

-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.481.902 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/07/10

NOME ANTÔNIO GABRIEL TEIXEIRA

FILIAÇÃO AMERINA DA COSTA TEIXEIRA

NATURALIDADE CAMPO MAIOR-PI DATA DE NASCIMENTO 10/06/1997

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 375 L A01-F 94V

EXP. TERESINA-PI 10/12/99

TERESINA-PI

ASSINATURA DO DIRETOR DO CRIMINAL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 69.250/83

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
25 JUL 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coslho de Resende, 463, Loja C
Cidade - Niterói - RJ - CEP: 24.090-000

CARTeira DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

ANTÔNIO GABRIEL TEIXEIRA

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - JOÃO DE DEUS MARTINS



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 14/01/2019 21:31:56
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011421315583500000003914669>
 Número do documento: 19011421315583500000003914669

Num. 4062200 - Pág. 3

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Antonio Gabriel Teixeira Ferreira		
Brasileiro (a)	Solteiro	Desempregado
RG nº: 3.481.901-588/PB	CPF/MF nº: 080.488.613-05	
Endereço: Resid. Dom Avelar, Qd. D, Casa 25, Bairro: Novo Uruguai, Cidade de Teresina-PI, cep: 64057-560		
<p>DECLARA para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>350,00 (trezentos e cinquenta reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 20 de Dezembro de 2018.

Antonio Gabriel Teixeira Ferreira
(CPF 080.488.613-05)







ANTÔNIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA

FILIAÇÃO: CLÁUDIO FERREIRA
AMERINA DA COSTA TEIXEIRA
NASCIMENTO: 10/08/1997 SEXO: MASCULINO
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO
NATURALIDADE: CAMPO MAIOR - PI
DOCUMENTO: C. I. 3481801 10/11/2015 GPSP PI

LEI Nº 9.040, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF: 080.488.613-05 CNH: ZONA:
TÍT. ELEITOR: SEÇÃO:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/PI - 29/01/2016

Paulo Henrique de Almeida Silva

ASSINATURA DO EMISSOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

25 JUL. 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.000-000

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
NOME	NOME	NOME	NOME	NOME	NOME	NOME	NOME	NOME	NOME
DOCUMENTO	DOCUMENTO	DOCUMENTO	DOCUMENTO	DOCUMENTO	DOCUMENTO	DOCUMENTO	DOCUMENTO	DOCUMENTO	DOCUMENTO
ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR	ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR	ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR	ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR	ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR	ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR	ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR	ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR	ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR	ASSINATURA E CONTINUAÇÃO DO EMISSOR



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí

Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juizes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuido na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 — proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa**, **oriento** os meritíssimos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da 'gratuidade da Justiça' também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro.: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto....: ENCAMINHAMENTO
Título.....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDENHAÇÃO/CNJ.
Destino....: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qu/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dr. Rúbio Fontenele de Carvalho Campos
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A **Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí**, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial – aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais – sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep: 64000-250 Teresina-Piauí
Fones: (85) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Governador Alencar, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones (66) 2107 5000



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINÁ



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013


MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013


ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação

1





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii)* em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv)* nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v)* a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi)* tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii)* a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix)* em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

"DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

- I – sustação da execução do ato impugnado;
- II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99."

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobre-direito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1198941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/80 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SILVEIRA MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Aprova o parecer
Parecer, da Comissão
Técnica de Engenharia
Civil do Município, para
atender a solicitação - que se to
matéria, para os
os fins de direito.



HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

Av: Frei Serafim, 2352-Centro

CEP: 64.001-000 Teresina - PI

CNPJ: 06.553.564/0104-43

RECEITUÁRIO

Nome: Antonio Gabriel Teixeira

Data Nascimento: 10/06/87 Fernando

Lauro Medeiros

Atesto que paciente
supracitado apresenta
patologia classificada pelo
CID-10: S821/S823.
Apresente limitação
função perna esquerda
de 50%.

22/02/18

Dr. Glaucio Nascimento
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PI 2775 / TEOT 1066

Data: 22/02/18

Dr. _____

MOD. 60-HGV



HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

Av: Frei Serafim, 2352-Centro
CEP: 64.001-000 Teresina - PI
CNPJ: 06.553.564/0104-43

RECEITUÁRIO

Nome: Antonio Gabriel Teixeira

Data Nascimento: 10/06/37

Ferreira

Lancelo Medeiros

Atesto que paciente
supracitado apresenta
patologia classificada pelo
CID-10: S821/S823.
Apresente hemorragia
interna perna esquerda
de 50%.

22/02/18

Data: 22/02/18

Dr. _____

Dr. Claudio Nascimento
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PI 2775 / TEO 1065



MOD. 60-HGV





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002490/2018-84

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Cláudio Costa De Sousa

Data/Hora: 19/07/2018 - 10:41

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

460010

Data/Hora

04/02/2018 - 16:30

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Bairro

NOVA BRASÍLIA

Endereço

RUA JOSE SANTANA, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ANTÔNIO GABRIEL TEIXEIRA

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

RG: 3481901 PI

Mãe: AMERINA DA COSTA TEIXEIRA

Endereço: QD-D, CS-25, RESID. DOM AVELAR, Nº

Bairro: NOVO URUGUAI

Cidade: TERESINA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 150 START, PLACA PIF-0533-PI, COR VERMELHA, RENAVAM 01049412360, PROP. DE ANTONIO JOSE CARDOSO RODRIGUES, E QUE TRAFEGAVA PELA VIA CITADA, QUANDO UM AUTOMÓVEL DE PLACA NÃO IDENTIFICADA, INVADIU A PREFERENCIAL, PROVOCANDO A COLISÃO. FOI SOCORRIDO PELO SAMU E LEVADO PARA O HUT. (PRONT. 467228). DECLARAÇÕES DO NOTICIANTE.

Cláudio Costa De Sousa - Mat. 1085166
AGENTE DE POLÍCIA

Antônio Gabriel Teixeira Faria
ANTÔNIO GABRIEL TEIXEIRA - Noticiante
Responsável pela Informação



Delegado de Polícia





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 N° do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro			
	12 Município-UF	Código IBGE			
	13 Ponto de referência				
Dados do Paciente	14 Nome	15 Sexo		16 Idade	
	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?		18 Tipo de ocorrência		
Tipo de Ocorrência	19 Vítima				
	20 Meio de locomoção				
Acidente de Transporte	21 Outra parte envolvida				
	22 Equipamentos de segurança				
Exame Físico	23 Glasgow = 15		24 Sinais Vitais		25 Local da lesão
	26 Pupilas		27 Pulso		28 Sangramento
Assistência	31 Procedimentos realizados (1 - Sim 2 - Não)				
	32 Hospital de Destino				
Hospital de Destino	33 Condições de entrada				
	34 Óbito				
Observações Interdisciplinar	35 Observações				
	36 Assinaturas				





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 Nº do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro	12 Município-UF	Código IRRF	
	13 Ponto de referência				
Dados do Paciente	14 Nome	15 Sexo	16 Idade		
	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica		18 Tipo de ocorrência		
Tipo de Ocorrência	19 Vítima				
	20 Meio de locomoção				
Acidente de Transporte	21 Outra parte envolvida				
	22 Equipamentos de segurança				
Exame Físico	23 Glasgow		24 Sinais Vitais		25 Local da lesão
	26 Pupilas		27 Pulso		28 Sangramento
Assistência	29 Dor		30 Escala de Dor		31 Procedimentos realizados
	32 Hospital de Destino		33 Condições de entrada		34 Óbito
Observações Interdisciplinares					

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 14/01/2019 21:31:57
https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1901142131571070000003914674
Número do documento: 1901142131571070000003914674

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Antonio José Cardoso Rodrigues

RG nº 14.52.138, data de expedição 11/11/97

Órgão SSP/PI, portador do CPF nº 709.002.233-00, com

domicílio na cidade de Tererina, no Estado de

Piauí, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

Quadra A, nº 18,

complemento Dom Avila declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mentionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima Antonio Gabriel Teixeira Ferreira cujo o condutor

Antonio Gabriel Teixeira Ferreira

Veículo: moto

Modelo: HONDA / CG 150 ST

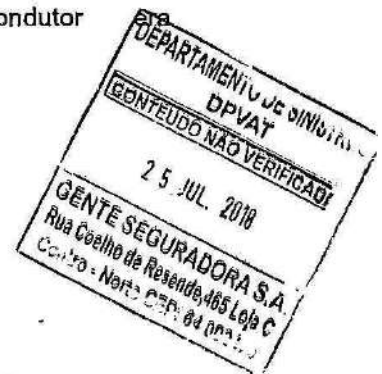
Ano: 2015

Placa: PIF-0533

Chassi: 9C2 KC 16 70 FB 200 U03

Data do Acidente: ou. 02. 2018

Local e Data: Timon-MA 19/7/2018



Antonio José Cardoso Rodrigues
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



Reconheço como verdadeira(s) a(s) firma(s) da:
Antonio José Cardoso Rodrigues
Em Testemunho [assinatura] da verdade.
Timon(MA) 19/07/2018
Ruth Maria de Oliveira
Escrevente Substituta





HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA



NOME DO PACIENTE: Antônia Gabriel Teixeira Fenneira

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 467228

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".





Alérgico a dipirona! e buscopan
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito, 820 - Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Ortopedia
Cirurg. Geral

BOLETIM DE ENTRADA - BE

Imp: 04/02/2018 17:58:41

(User: LARYSSA TORRES)

(Estação: ACCR01)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA		Prontuário: 467228
Mãe: AMERINA DA COSTA TEIXEIRA	Pai:	
End.Resid.: RUA ANISIO DE CARVALHO N2431 - PICARREIRA - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento: 10/06/1997	Idade: 20a:9m:25d	Sexo: Masculino Fone: 86-99565-8632
Responsável: IASTRO	CNS: 206156111890000	
Profissão: AUTONOMO	Documento: CPF: 080.488.613-05	
G. Instrução: Não informado	E.Civil: Ignorado	
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 649345	Data: 04/02/2018 17:54:23	Condução: AMBULÂNCIA DO SAMU
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		Convênio: S U S
Acid.Trab.: Não	Acid. Trajeto: Não	Acid. Trab. Típico: Não CID Secundário: V299

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma: QUEDAS	Evento Principal: Dor moderada	Destino: CIRURGIÃO GERAL	Classificação: Amarelo
Breve História: TRÍMIA DE ACIDENTE DE MOTO, FAZIA USO DE CAPACETE. REFERE DOR EM MIE E ESCORIAÇÕES.		Profissional Clas. Risco: LARYSSA DE SOUSA TORRES COREM 884.721 PI Em: 04/02/2018 17:58:40	

DADOS CLÍNICOS: (Hora: **17:55**)

Paciente vítima de acidente motociclístico, há 2h, com capacete, veio trazido pelo SAMU e/ colar cervical, sobre prancha rígida. A: vias aéreas permeáveis; B: MV fisiológico, tórax estável, SO₂: 98%; C: hemodinamicamente estável, pulso cheio, sem sangramentos externos; D: ECG IS, pupilas iso e fotoreag., sem sinais de alarme; E: **deformações em cotovelo E região lombar**

PA **100 X 55** mmHg

Pulso: **73** bpm

Diagnóstico Inicial:

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

Solicitado R-X de tórax, **RAIO-X REALIZADO**
esquerdas. **DATA 04/02/2018**
Parecer da ortopedia. **Técnico: 2**
1) Teuprecom 20mg + 40 mL
2) Tramadol 100mg/mL + 100mL 80mg/mL (Suspendido)

MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

DATA: **1/1**

HORA: **17:55**

Procedimento

CID

Dr. Cláudio Nogueira
Ortopedia e Traumatologia
CRM 13.521 / CRM - MA - 475

Antônio de Jesus do Nascimento

**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito, 1820 - Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

Imp: 04/02/2018 17:57:04

(LARYSSA TORRES)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA		Prontuário: 467228
Mãe: AMERINA DA COSTA TEIXEIRA		Pai:
End. Resid.: RUA ANISIO DE CARVALHO N2431 - PICARREIRA - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento: 10/06/1997	Idade: 20a. 8m:25d	Sexo: Masculino Fone: 86-99565-8632
Responsável: IASTRO		CNS: 206156111890000
Profissão: AUTONOMO		Documento: CPF: 080.488.613-05
G. Instrução: Não informado		E. Civil: Ignorado
End. Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 649345	Data: 04/02/2018 17:54:23	Clas. Cor: Indefinido
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC		Convênio: S U S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação: 04/02/18 20:30	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: Do - Delay Alternativo; Alta da Cirurgia Geral. Dr. Ortopedia.	
Carimbo/Assinatura Solicitante: Alexandre Santana Cirurgia Geral CRM - PI 5861	
DADOS DO PARECER: Data/Hora: 04/02/18 : Ortopedia	
Do - MPE após trauma Neurovascular	
Rx: protuberância platibasal, 4° PDE	
CQ: Fratura de P1 C6	
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer: Dr. Claudio Norberto Ortopedia / Traumatologia CRM - MA 9337	

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Data/Hora Solicitação: / /	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE DPVAT CONTEÚDO NÃO VERIFICADO 25 JUL. 2018 GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro / Noroeste - 64000-000	
Carimbo/Assinatura Solicitante: Alvarado Bruna Oliveira da Costa e Silva Médica - 079266 HUT CONFERE COM ORIGINAL	
DADOS DO PARECER: Data/Hora: / /	
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer:	





FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA DR. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente	Antonio Gabriel T. Ferreira		
Diagnóstico pré-operatório	Fratura do quarto dedo + 4º PD (E)		
Operação - tipo	Redução + Fixação CI + Placa + Muela + F.O.K		
Cirurgião	1º Assinante	Fernando Couto	
2º Assinante	3º Assinante		

Instrumentador(a)	Anestesista	Anestesia
-------------------	-------------	-----------

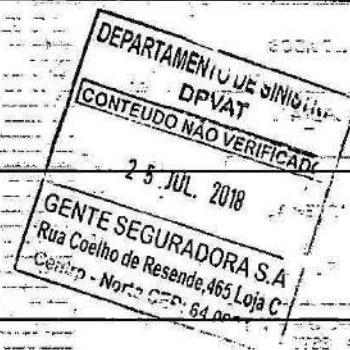
Anestésico(a)

Data da Operação	Início	Fim
------------------	--------	-----

Diagnóstico Pós-operatório

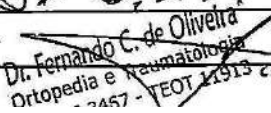
Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação



DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

- 1) Tire DTA sob naquela ferida
- 2) Reparo habitual
- 3) Redução do 4º PD
- 4) Fixação CI F.O.K
- 5) Via lateral em tibia proximal
- 6) Levantamento da superfície articular
- 7) Fixação CI de parafusos + muela
- 8) Lavagem CI SF0,9
- 9) Sutura
- 10) Curativo



FOLHA DE ANESTESIA



UNIDADE DE SAÚDE

NOME DO PACIENTE <u>Antonio Gabriel Teixeira Ferreira</u>					Nº DE REGISTRO	
DATA: <u>06/02/18</u>	P. ARTERIAL <u>160 x 89</u>	PULSO <u>102 bpm</u>	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO <u>106kg</u>	ALTURA
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS: URÉIA
EXAMES DE URINA <u>* Alérgico a DIPIRONA, TENDONICAM</u>						
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA <u>* Sem 8h</u>						
SISTEMA CIRCULATORIO <u>N/D</u>					ECG <u>Ritmo sinusal</u>	
SISTEMA RESPIRATÓRIO <u>N/D</u>					ASMA	BRONQUITE
SISTEMA DIGESTIVO				SISTEMA URINÁRIO		
ESTADO MENTAL <u>Oleoso 15</u>				CORTICOIDES	ATARAXICOS	OUTROS
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO <u>Fratura de platô tibial (E) + Fratura de 4º probóda</u>					FÍSICOS <u>ASA II</u>	
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO AS	EFEITOS	
		14:05			15:05	
AGENTES ANESTÉSICOS	OXIGÊNIO				TOTAL DE DOSES	
1	2				① - Monitorização	
3	3				② - AVE prévio em MVE (520)	
LÍQUIDOS	SO-UTO 500				③ - Raquiocentese sob tec. amplexica, punção paramediana ao nível L3-4, com agulha Quinke nº 16 e refluxo de líquido claro:	
	SANGUE 300				• Bupivacaína 0,5% 15mg + Dinorol 100mcg + Fentanil	
	OUTROS 100				SEQUÊNCIA 20mcg	
TEMPERATURA T	38				④ - Cefazolina 2g	
P. ARTERIAL V O PULSO	1				⑤ - Ranitidina 50mg	
INÍCIO E FIM ANESTESIA X	140				⑥ - Dexametasona 8mg	
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO	120					
RESPIRAÇÃO O	100					
SÍMBOLOS					DURAÇÃO	
TÉCNICAS <u>Bloqueio subaracnóideo</u>					INCIDENTE - ACIDENTE	
OPERAÇÕES <u>Osteomielite</u>						
CIRURGIOS <u>Dr. Fernando Couto</u>						
ANESTESISTAS <u>Monique Vilela de Melo</u>						
Médica Anestesiologista CRM - PI 4323						
PARTICULARIDADES					CONDIÇÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS	

MOD. 76 - HUT





FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA DR. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente: Antonio Gabriel T. Ferreira
Diagnóstico pré-operatório: Fratura do rádio distal + 4º PD (E)
Operação - tipo: Redução + fixação de fratura + muveta + fio
Cirurgião: Fernando Couto
1º Assinante: _____
2º Assinante: _____
3º Assinante: _____

Instrumentador(a): _____ Anestesista: _____ Anestesia: _____

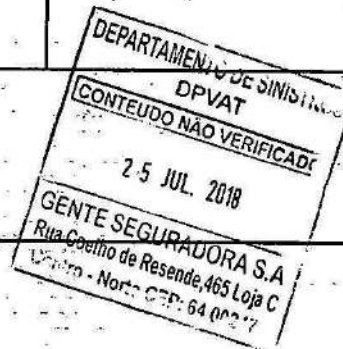
Anestésico(a): _____

Data da Operação: _____ Início: _____ Fim: _____

Diagnóstico Pós-operatório: _____

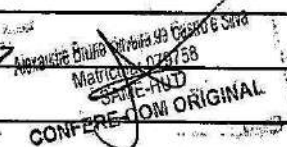
Relatório imediato do Patologista: _____

Acidente Durante a Operação: _____



DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

- 1) Tire o dts sob a guarnição
- 2) Têpo habitual
- 3) Redução do 4º PD
- 4) Fixação c/ fio K
- 5) Via lateral em tibia proximal
- 6) levantamento da superfície articular
- 7) Fixação c/ 2 pontos e muveta
- 8) Lavagem c/ SF 0,9%
- 9) Sutura



Dr. Fernando C. de Oliveira
Clínica e Cirurgia de Ortopedia e Traumatologia



FOLHA DE ANESTESIA



UNIDADE DE SAÚDE

NOME DO PACIENTE <u>Antonio Gabriel Teixeira Ferreira</u>					Nº DE REGISTRO																																																																							
DATA: <u>06/02/18</u>	P. ARTERIAL <u>160x89</u>	PULSO <u>102 bpm</u>	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO <u>106kg</u>	ALTURA																																																																						
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA																																																																						
EXAMES DE URINA																																																																												
* <u>Alérgico a DÍPIRONA TENOXICAM</u>																																																																												
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA																																																																												
* <u>Suport 8h</u>																																																																												
SISTEMA CIRCULATORIO <u>Não</u>					ELETROCARDIOGRAMA																																																																							
* <u>Nega outras comorbidades</u>					Ritmo sinusal																																																																							
SISTEMA RESPIRATÓRIO <u>Não</u>					ASMA																																																																							
					BRONQUITE																																																																							
SISTEMA DIGESTIVO					SISTEMA URINÁRIO																																																																							
ESTADO MENTAL <u>Obnubilado 15</u>					CORTICOIDES																																																																							
					ATARÁXICOS																																																																							
					OUTROS																																																																							
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO <u>Fratura de platô tibial (E) + Fratura de 4º dedo da mão direita</u>					FÍSICOS																																																																							
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)					EFEITOS																																																																							
APLICADO AS					EFEITOS																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>AGENTES ANESTÉSICOS</th> <th>OXIGÊNIO</th> <th>14:05</th> <th>15:05</th> <th>TOTAL DE DOSES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>260</td> <td></td> <td></td> <td>① - Monitorização</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>240</td> <td></td> <td></td> <td>② - AUP prévio em MSE (520)</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>220</td> <td></td> <td></td> <td>③ - Riquiamenteix 500 tcc.</td> </tr> <tr> <td>LÍQUIDOS</td> <td>SO-UTO 500</td> <td></td> <td></td> <td>anestésica, punção paramediana</td> </tr> <tr> <td></td> <td>SANGUE 400</td> <td></td> <td></td> <td>na ao nível L3-4, com age</td> </tr> <tr> <td></td> <td>OUTROS 300</td> <td></td> <td></td> <td>1ha Quincke 0,2% e refúgio</td> </tr> <tr> <td></td> <td>200</td> <td></td> <td></td> <td>de liquer cloro:</td> </tr> <tr> <td></td> <td>100</td> <td></td> <td></td> <td>• Bupiv 0,5% 15mg +</td> </tr> <tr> <td>TEMPERATURA T</td> <td>38</td> <td></td> <td></td> <td>Dinord 100mg + Fentanil</td> </tr> <tr> <td>P. ARTERIAL V O PULSO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>SEQUÊNCIA 20mg.</td> </tr> <tr> <td>INÍCIO E FIM ANESTESIA X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>④ - Cetaradina 10mg</td> </tr> <tr> <td>INÍCIO E FIM OPERAÇÃO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>⑤ - Ranitidina 50mg</td> </tr> <tr> <td>RESPIRAÇÃO O</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>⑥ - Dexametasona 8mg</td> </tr> </tbody> </table>							AGENTES ANESTÉSICOS	OXIGÊNIO	14:05	15:05	TOTAL DE DOSES	1	260			① - Monitorização	2	240			② - AUP prévio em MSE (520)	3	220			③ - Riquiamenteix 500 tcc.	LÍQUIDOS	SO-UTO 500			anestésica, punção paramediana		SANGUE 400			na ao nível L3-4, com age		OUTROS 300			1ha Quincke 0,2% e refúgio		200			de liquer cloro:		100			• Bupiv 0,5% 15mg +	TEMPERATURA T	38			Dinord 100mg + Fentanil	P. ARTERIAL V O PULSO				SEQUÊNCIA 20mg.	INÍCIO E FIM ANESTESIA X				④ - Cetaradina 10mg	INÍCIO E FIM OPERAÇÃO				⑤ - Ranitidina 50mg	RESPIRAÇÃO O				⑥ - Dexametasona 8mg
AGENTES ANESTÉSICOS	OXIGÊNIO	14:05	15:05	TOTAL DE DOSES																																																																								
1	260			① - Monitorização																																																																								
2	240			② - AUP prévio em MSE (520)																																																																								
3	220			③ - Riquiamenteix 500 tcc.																																																																								
LÍQUIDOS	SO-UTO 500			anestésica, punção paramediana																																																																								
	SANGUE 400			na ao nível L3-4, com age																																																																								
	OUTROS 300			1ha Quincke 0,2% e refúgio																																																																								
	200			de liquer cloro:																																																																								
	100			• Bupiv 0,5% 15mg +																																																																								
TEMPERATURA T	38			Dinord 100mg + Fentanil																																																																								
P. ARTERIAL V O PULSO				SEQUÊNCIA 20mg.																																																																								
INÍCIO E FIM ANESTESIA X				④ - Cetaradina 10mg																																																																								
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO				⑤ - Ranitidina 50mg																																																																								
RESPIRAÇÃO O				⑥ - Dexametasona 8mg																																																																								
SÍMBOLOS					DURAÇÃO																																																																							
TÉCNICAS <u>Bloqueio subaracnóideo</u>					INCIDENTE - ACIDENTE																																																																							
OPERAÇÕES <u>Osteomielite</u>																																																																												
CIRURGIÕES <u>Dr. Fernando Couto</u>																																																																												
ANESTESISTAS <u>Monique Vilela de Melo</u>																																																																												
Médica Anestesiologista CRM - PI 4323																																																																												
PARTICULARIDADES					CONDIÇÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS																																																																							

MOD. 76 - HUT





Fundação Municipal de Saúde

PRESCRIÇÃO
para
MÉDICA

[illegible]

MÉDICO/CRM:

Mod: 007





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 06/02/18

NOME DO PACIENTE: <u>Antonio Gabriel Beikun Pereira</u>		PRONTUÁRIO Nº: _____
DIAGNÓSTICO: _____	CIRURGIA: _____	
ANESTESIA: <u>Raqui</u>	Nº DA SALA: <u>05</u>	
CIRURGIÃO: <u>Dr. Fernando Couto</u>	CPF Nº: _____	
AUXILIAR: _____	CPF Nº: _____	
ANESTESIA: <u>Dr. monique</u>	CPF Nº: _____	
INSTRUMENTADORA: <u>Augusta</u>	CPF Nº: _____	

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI 24	UNID.	02	
AGULHA 30X8	UNID.	-		LUVA Nº 7.5	PAR	04	
AGULHA 40X12	UNID.	02		LUVA Nº 8.5	PAR	02	
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDEMENTO	PAR	10	
ALCOOL 70%	ML	100		PVPI DE GERMANTO PVAT	ML	100	
ALGODÃO	BOLA	-		PVPI TÓPICO	ML	100	
ÁGUA OXIGENADA	ML	-		PVPI TINTURA	ML	-	
COMPRESSA	PAC.	04		SERINGA 20CC	UNID.	01	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	100		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.	-		SERINGA 3CC	UNID.	-	
FORMOL	ML	-		SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	04	
GASES 5.0	PAC.	10		SONDA URETRAL	UNID.	-	
JELCO Nº	UNID.	-		Eletródos	und	05	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	Ocorrência Excessos	und	03	
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				Cupom	und	04	
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG							
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ALCOFIL							
MONONYLON 0	und	01					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL				CIRCULANTE: <u>Dr. Juma</u>			
TOLENE							





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA** (Prontuário: 467228)
 Endereço: RUA ANISIO DE CARVALHO N2431 - PICARREIRA - TERESINA - PI CEP: 64000-010
 Nascimento: 10/06/1997 Idade: 20a:8m:25d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 649345
 Requisição: 812055 Solicitação: 04/02/2018 Solicitante: CLAUDIO AURELIO NOGUEIRA DOS SANTOS
 Controle: 1005824 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206030029

Data Exame: 04/02/2018

T.C. DE JOELHO ESQUERDO

O EXAME TOMOGRÁFICO COMPUTADORIZADO DO JOELHO REALIZADO COM CORTES AXIAIS EM PADRÃO DUPLO HELICOIDAL COM ESPESSURA DE 2,0MM, USANDO FILTROS DE ALTA RESOLUÇÃO E DE ALTA DEFINIÇÃO ÓSSEA.

- LIPOHEMOARTROSE.
- FRATURAS LONGITUDINAIS EM PLATÔS TIBIAIS.

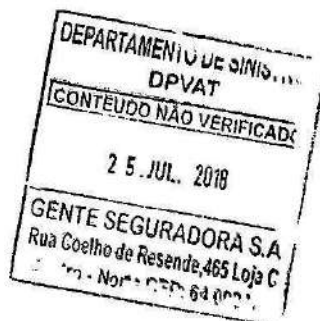
(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 04/02/2018

LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS

CPF: 890.717.783-04 CRM 3508 PI

Profissional Responsável



Alexandre Bruno Pereira da Costa e Silva
 Matrícula: 0789455
 SAME HUT
 CONFERE COM ORIGINAL





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA** (Prontuário: 467228)
 Endereço: RUA ANISIO DE CARVALHO N2431 - PICARREIRA - TERESINA - PI CEP: 64000-010
 Nascimento: 10/06/1997 Idade: 20a:8m:25d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 649345
 Requisição: 812055 Solicitação: 04/02/2018 Solicitante: CLAUDIO AURELIO NOGUEIRA DOS SANTOS
 Controle: 1005824 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206030029

Data Exame: 04/02/2018

T.C. DE JOELHO ESQUERDO

O EXAME TOMOGRÁFICO COMPUTADORIZADO DO JOELHO REALIZADO COM CORTES AXIAIS EM PADRÃO DUPLO HELICOIDAL COM ESPESSURA DE 2,0MM, USANDO FILTROS DE ALTA RESOLUÇÃO E DE ALTA DEFINIÇÃO ÓSSEA.

- LIPOHEMOARTROSE.
- FRATURAS LONGITUDINAIS EM PLATÔS TIBIAIS.

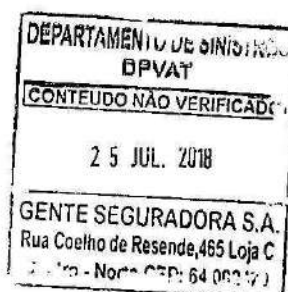
(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 04/02/2018

LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS

CPF: 890.717.783-04 CRM 3508 PI

Profissional Responsável



Handwritten signature and stamp:
 Assinado digitalmente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 14/01/2019 21:31:58
 S. 1428-1437
 Confere com Original





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA** (Prontuário: 467228)
 Endereço: RUA ANISIO DE CARVALHO N2431 - PICARREIRA - TERESINA - PI CEP: 64000-010
 Nascimento: 10/06/1997 Idade: 20a:8m:18d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 649345
 Requisição: 812043 Solicitação: 04/02/2018 Solicitante: BRUNO CALAÇA RIBEIRO
 Controle: 1005809 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060150

Data Exame: 04/02/2018

PE OU PODODACTILO ESQUERDO

O estudo radiológico do pé esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.
 Os seguintes aspectos observados:

- Fratura completa recente na falange proximal do 4º pododáctilo com desvio.
- Aumento de volume de partes moles.

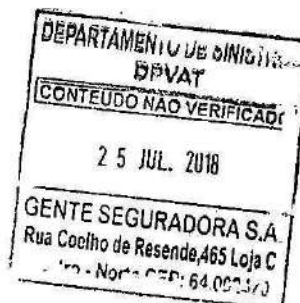
(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 28/02/2018

CARLOS AUGUSTO MOURA FE

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341

Profissional Responsável



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 14/01/2019 21:31:58
 https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1901142131578780000003914676
 Número do documento: 1901142131578780000003914676





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA** (Prontuário: 467228)
 Endereço: RUA ANISIO DE CARVALHO N2431 - PICARREIRA - TERESINA - PI CEP: 64000-010
 Nascimento: 10/06/1997 Idade: 20a:8m:18d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 649345
 Requisição: 812043 Solicitação: 04/02/2018 Solicitante: BRUNO CALAÇA RIBEIRO
 Controle: 1005808 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060168

Data Exame: 04/02/2018

PERNA ESQUERDA

O estudo radiológico da perna esquerda foi realizado nas incidências em pa/perfil.
 Os seguintes aspectos observados:

- Fratura completa recente no platô tibial sem desvio.
- Aumento de volume de partes moles.

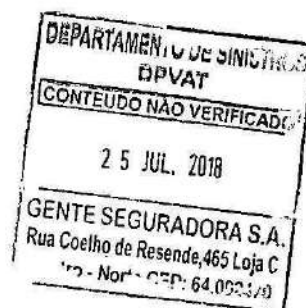
(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 28/02/2018

CARLOS AUGUSTO MOURA FE

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341

Profissional Responsável



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 14/01/2019 21:31:58
 https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1901142131578780000003914676
 Número do documento: 1901142131578780000003914676

4/2/2018

kg



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA** (Prontuário: 467228)
Endereço: RUA ANISIO DE CARVALHO N2431 - PICARREIRA - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 10/06/1997 Idade: 20a:8m:18d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 649345
Requisição: 812043 Solicitação: 04/02/2018 Solicitante: BRUNO CALAÇA RIBEIRO
Controle: 1005807 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060125

Data Exame: 04/02/2018

JOELHO ESQUERDO

O estudo radiológico do joelho esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.
Os seguintes aspectos observados:

- Fratura completa recente no platô tibial sem desvio.
- Aumento de volume de partes moles.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 28/02/2018

CARLOS AUGUSTO MOURA FE

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341

Profissional Responsável



Assinatura: Joao Francisco Procedomio da Silva
Matrícula: 69904
SAME-HUT
Confere com Original



Rio de Janeiro, 27 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA**

Nº Sinistro: **3180343244**

Vítima: **ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA**

Data do Acidente: **04/02/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180343244**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13153575

Pag. 01787/01788 - carta_01 - INVALIDEZ



Rio de Janeiro, 01 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA

Nº Sinistro: 3180343244

Vítima: ANTONIO GABRIEL TEIXEIRA FERREIRA

Data do Acidente: 04/02/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180343244**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 0164101642 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 1317128

